

De escravos livres a castanheiros “presos”: A saga dos negros no Vale do Trombetas *

Luiz Jardim de Moraes Wanderley *

Palavras-chave: Quilombolas; Amazônia; Extrativismo; Conflito por Terra.

Resumo

O presente trabalho analisa a formação e as transformações dos territórios negros no vale do Trombetas -PA e os conflitos e as lutas entorno dos recursos naturais ao longo do tempo. Nesta região durante os diferentes momentos da expansão capitalista atuaram variados atores sociais que se encontravam ativos e presentes no espaço geográfico do Trombetas interessados nos recursos naturais. Em cada ascensão de novos atores hegemônicos motivaram-se os rearranjos nas relações de poder, nos limites dos velhos territórios e na delimitação de novos. As novas organizações espaciais provocaram a formação de territórios sobrepostos, os quais em alguns casos significaram alianças, em outros, suscitaram confrontações de interesses entre atores que lutavam por espaço e recursos. Os quilombolas sendo os principais ocupantes deste espaço sofreram perdas significativas desde a abolição da escravidão, quando conseguiram finalmente se libertar das perseguições e consolidar seus territórios alternativos. Os negros viveram, por algumas décadas, livremente no interior da floresta, exercendo seu modo de vida agro-extrativista dependente exclusivamente das relações estreitas com a natureza. Os processos de exploração econômica na região pressionaram os territórios dos remanescentes. A exploração castanheira conduzida por meio da relação de patronagem reescravizaram-os, submetendo-os aos donos dos castanhais. No final da década de 1970, o interesse de preservação ambiental levou ao cercamento de áreas tradicionalmente ocupadas pelos negros pela Reserva Biológica do Trombetas, impedindo-os de promover seus costumes agro-extrativistas e tornando-os criminosos e indesejados em seu próprio territórios. Esse complexo espaço de conflitos e contradições constituído por campos de forças diversos, múltiplas relações de poder e atores sociais, sendo um rico campo de análise para os estudos populacionais.

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

* Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro

De escravos livres a castanheiros “presos”: A saga dos negros no Vale do Trombetas *

Luiz Jardim de Moraes Wanderley *

1. Introdução

O presente trabalho visa analisar a formação, os conflitos, as lutas, as transformações dos territórios negros no vale do Trombetas-PA ao longo do tempo. Neste processo atuaram diferentes atores sociais das mais variadas escalas que se encontravam ativos e presentes no espaço geográfico do Trombetas em cada período histórico. Os surgimentos de novos atores também motivaram os rearranjos nas relações de poder, nos limites dos velhos territórios e na delimitação de novos. As novas organizações espaciais provocaram a formação de territórios sobrepostos, os quais em alguns casos significaram alianças, em outros, suscitaram confrontações de interesses entre atores que lutavam por espaço e recursos. Tais transformações espaciais decorrentes das sobreposições territoriais provocaram coligações ou incitaram velhos e novos conflitos. Os embates nortearam-se por discursos legitimadores de cada interesse, por estratégias de controle espacial e social e, até mesmo, por confrontos diretos e atos de violência. Esse complexo espaço de conflitos e contradições constituído por campos de forças diversos, múltiplas relações de poder e atores multi-escalares, é um rico campo de análise que interessa à Geografia.

Segundo Bunker (1985), a Amazônia brasileira foi e continua sendo estruturada na extração de matéria-prima para exportação e na relação entre sociedade e exploração da natureza, subordinada ao sistema político e econômico vigente em cada época. Durante o período colônia e imperial a atividade capitalista predominante na Amazônia era o cultivo de cacau e açúcar, que visavam atender as demandas européias. No fim do século XIX e o princípio do XX, a borracha foi o *commodity* de exportação principal, também direcionada ao mercado das grandes potências. No Pará, substituiu-se o extrativismo da borracha após seu declínio de produção pela exploração da castanha-do-pará. Essa foi posteriormente substituída, na segunda metade do século XX, pela extração mineral, cujos interesses estavam voltados às grandes empresas transnacionais e aos empresários do centro-sul do Brasil. A exploração mineral perdura até os dias atuais suprimindo a necessidade nacional e internacional.

As lutas e os conflitos territoriais na Amazônia acompanham a disputa pelo controle e acesso a economia extrativista dos recursos florestais e minerais. Estes conflitos se manifestaram sob a forma: de sobreposições territoriais, de expropriações, de luta e contestação pelo direito permanência e uso das áreas, de novas regras e normas, etc.

O presente trabalho tem como objetivo central: compreender o processo de formação e resistência territorial dos negros no vale do Trombetas. E está estruturada em três momentos de acordo com a história dos territórios e das diversas transformações espaciais que os ameaçaram em diferentes períodos históricos: A primeira parte refere-se ao período de

* Trabalho apresentado no XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu- MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008.

* Programa de Pós-Graduação em Geografia – Universidade Federal do Rio de Janeiro

construção dos quilombos; a segunda sobre o período hegemônico da exploração castanheira; e a terceira a expansão capitalista mineral e ambiental.

2. A Ocupação Territorial Negra no rio Trombetas

Durante inspeções realizadas por enviados da Coroa Portuguesa e religiosos no vale do rio Trombetas em 1727, com objetivo de reduzir os índios a aldeamentos e/ou escravizá-los, constatou-se a existência de inúmeros povoados de tribos indígenas. Os povoados situavam-se, freqüentemente, às margens dos rios e lagos, pois os indígenas utilizavam-se das redes fluviais com fim de locomoção e de aquisição de alimentos. O processo de ocupação dos terrenos de várzea e de terra firme às margens dos rios pode ser considerado o primeiro padrão de povoamento da Amazônia. Tendo esse se intensificado no período de colonização portuguesa, sobretudo no rio Amazonas. Tal predomínio condizia com a possibilidade de navegar por dentre rios, lagos e igarapés, e com a dificuldade de adentrar no interior da floresta tropical densa. Os rios representavam a única rede de ligação e circulação existente no território amazônico que permitia conectá-la a outras regiões e ao mundo.

O vale do Trombetas não chegou a presenciar uma densa ocupação capitalista até o fim do século XIX. O processo de ocupação do Trombetas ocorreu de forma lenta, gradual, e em épocas e por grupos étnicos distintos. Sobreposição e conflitos territoriais foram feições características neste espaço. O vale do rio Trombetas primeiramente foi ocupado por índios, que pressionados pela ocupação e perseguição dos colonizadores europeus fugiram do baixo vale do rio Amazonas e se reterritorializaram nas regiões mais afastadas, nas terras firmes e protegidas dos rios tributários. A segunda territorialização se deu por grupos de escravos fugidos das senzalas das fazendas de cacau e gado localizadas nas proximidades do rio Amazonas. Os negros temendo as expedições de captura se juntaram aos índios nas áreas mais protegidas pelos sítios acidentados. Tal contato resultou em respostas variadas. Em alguns casos houve o convívio mútuo entre os dois grupos étnicos no mesmo território. Em outros provocou o afastamento ainda maior dos índios em relação ao Amazonas. O Baixo e Médio vale do rio Trombetas foram regiões pouco ocupadas até meados do século XIX. Nesta região existiam poucos e esparsos povoados de negros, que se intensificaram com o descenso destes das partes altas dos rios, no século XIX. No mesmo período, iniciou-se a ocupação branca no vale do Trombetas. Os brancos se limitaram a ocupar a parte baixa do rio, onde fundaram, em 1877, a atual cidade de Oriximiná. Mais tarde se expandindo para o Médio Trombetas e sobrepuseram aos territórios negros, levando à transformação da organização sócio-territorial através da criação de fazendas.

A colonização portuguesa no Brasil, diferentemente dos outros tipos de domínios europeus até então existentes, não se limitou à exploração comercial através de feitorias ou de extração de riquezas minerais. Portugal, segundo Freyre (1975), desenvolveu na colônia do Brasil e na Amazônia um novo tipo de colonização, a “*colônia de plantação*”. Formou-se então uma sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica e híbrida de índio, branco e negro na composição (Idem). Entretanto, nesta sociedade os europeus se embasaram no determinismo geográfico para defender a existência da superioridade racial branca, tanto em relação ao negro quanto ao índio (MACHADO, 2003). Essas disparidades raciais, segundo argumentavam, eram causadas por certa influência patogênica peculiar, em caráter ou intensidade, ao clima tropical (FREYRE, 1975).

A partir de meados do século XVIII, alterou-se o movimento de ocupação do Baixo Amazonas, até então caminhando em marcha lenta. Foram as novas políticas coloniais implementadas por Marquês de Pombal (1750 – 1771), que transformaram a idéia de ocupação e desenvolvimento das colônias portuguesas e reorganizaram o espaço colonial do

Estado do Grão-Pará. Pombal compreendeu a necessidade de ocupar física e economicamente a Amazônia, não se limitando às fortificações e as estratégias militares de defesa, para então não vir a perder territórios para outras potências. Sendo assim, desenvolveu políticas de ocupação territorial e econômica na região, formando cidades e promovendo atividades produtivas, de modo a constituir um território luso-amazônico.

No século XVIII, a vila de Óbidos era um aglomerado inexpressivo, cuja função estava relacionada à fortaleza construída pela Coroa nos primeiros tempos de penetração na região amazônica. Todavia, por seu caráter estratégico se destacava como importante aglomerado humano na região ao lado de Santarém. Essa região¹, composta pelas freguesias de Monte Alegre, Alenquer, Óbidos, Faro e Santarém, bem como parte do restante do Grão-Pará, começou a ser ocupada no fim do século por plantações de cacauais nativos e cultivados, visando o mercado europeu, e criações de algumas cabeças de gado. Para auxiliar o desenvolvimento destas novas atividades foram sendo adquiridos, em diversas localidades da África, trabalhadores negros, escravizados nas fazendas e cidades do Estado do Grão-Pará. Os negros apesar de pouco numerosos foram sendo introduzidos pouco a pouco, mas em escala crescente e com apoio das instituições religiosas, formando com os reduzidos escravos indígenas a base do sistema de produção colonial (SALLES, 1971).

O tráfico negreiro teve maior expressão no Brasil e na Amazônia por causa das lutas dos Jesuítas pelo controle e proteção dos povos indígenas. Essa luta culminou com a lei colonial de 1755, que decretou a liberdade aos índios, dava aos religiosos o poder de gerir e fundar aldeamentos indígenas e a função de proteger e fiscalizar o trabalho dos nativos, não permitindo a escravidão (ACEVEDO e CASTRO 1998; ANTUNES, 2000). Por não ser a região amazônica suficientemente provida de comércio de escravos africanos, neste período, a lei de 1755 e as ações dos jesuítas eram mal vistas pela sociedade colonial. Outro elemento estimulador do tráfico negreiro foi a capacidade desta atividade de gerar vultuosos lucros à Metrópole portuguesa, por meio da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão. A entrada da Companhia resolvera o problema de oferta de mão de obra escrava e de escoamento da produção para Europa (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Em três séculos de comércio escravista europeu para as Américas retiraram-se africanos de várias regiões do continente, sendo incerto precisar quais as origens geográficas e étnicas dos grupos escravizados. Para o Brasil, estima-se que os fluxos de escravos tenham origem, desde o século XVI, na região do Golfo da Guiné, nos dois séculos seguintes ampliando-se para Costas da Mina e de Angola² e por fim, no século XIX, incluindo a região de Moçambique e Madagascar (ANJOS, 2005). A proximidade geográfica e as rotas marítimas indicam que os escravos da região amazônica são possivelmente oriundos do Golfo da Guiné e da Costa da Mina.

Na colônia escravista do Grão-Pará, a relação entre desenvolvimento produtivo e escravidão se estabelecia de forma direta, ou seja, o aumento da produção de cacau acompanhava o crescimento da população escrava. Todavia, as constantes fugas também poderiam levar à instabilidade da atividade. As plantações de cacau também influenciaram o aumento do cultivo de produtos alimentícios básicos para sustentabilidade da colônia como arroz, café, milho, feijão e algodão. Em 1823, devido aos altos índices comerciais, a região de Santarém exercia um papel importante na ocupação portuguesa no espaço Amazônico, representado pelo segundo maior povoamento do Grão-Pará. A população escrava regional,

¹ A região mencionada, conhecida no período como região de Santarém, se refere ao noroeste do atual Estado do Pará, também conhecida como região do Baixo Amazonas.

² O Golfo da Guiné corresponde hoje a países como: Serra Leoa, Guiné, Guiné-Bissau e Gâmbia; A Costa da Mina corresponde a: Gana, Togo, Benin, Nigéria e Camarões; A Costa da Angola corresponde a: Angola, Gabão e Guiné Equatorial.

concentrada em Santarém e Óbidos, estava entre as mais elevadas, perdendo apenas para região de Belém (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Foi a exploração do cacau, segundo Dauril Alden (apud ACEVEDO e CASTRO, 1998), que promoveu a colonização amazônica durante o século XVIII. Contudo, os proprietários de sesmarias foram sendo afetados pelas variações do preço do cacau, pela concorrência no mercado internacional, pela pesada relação entre credor e devedor, pelo precário nível tecnológico e pelas dificuldades com a mão de obra escrava. Como reflexo houve a decadência da produção de cacau e o aumento da fuga de escravos, que conseqüentemente aprofundou ainda mais a crise dos fazendeiros e do regime escravista, no início do século XIX. Outros elementos que abalaram a sociedade escravocrata amazônica foram o movimento por Independência (1822) e a Cabanagem (1831-1835).

2.1 A fuga - da Senzala ao Quilombo

No fim do século XVIII e durante o XIX na Amazônia (intensificando-se no período da Cabanagem), os negros em reação às condições desumanas de vida, aos maus tratos dos senhores, à falta de autonomia individual e, sucessivamente, em contraposição ao sistema escravista intensificaram as fugas e a formação de aglomerados alternativos e livres da escravidão, conhecidos como quilombos ou mocambos (denominação na região amazônica). Portanto, os atos de fuga e construção dos quilombos significavam ao mesmo tempo a luta por sobrevivência e resistência ao sistema. Os quilombos propunham fornecer uma possibilidade de liberdade e autonomia no interior do sistema escravista, e também se tornaram elemento de pressão dos escravos por melhores condições. No entanto, essa alternativa de sobrevivência era bastante difícil e arriscada, por causa dos perigos da floresta, das dificuldades de sobreviver nas matas e das freqüentes e violentas expedições dos capitães-do-mato.

Os mocambos eram territórios formados majoritariamente por escravos fugidos, mas incluíam indivíduos de outros grupos excluídos da sociedade escravista, como indígenas, desertores ao tempo de recrutamento compulsório, criminosos etc. (SALLES, 1971; ACEVEDO e CASTRO, 1998). Localizavam-se geralmente em sítios estratégicos como regiões de topografia acidentada (chapadas, áreas de cachoeiras e serras) e/ou vales florestados e férteis com sistema de vigilância nas áreas mais altas ou na entrada do vale (ANJOS, 2005). Esses posicionamentos visavam uma maior proteção territorial e condições próprias ao cultivo de alimentos. O quilombo representava o território vital construído pelos negros fugidos. Isto é, o território que lhes permitia satisfazer suas necessidades básicas, como as de se alimentar, habitar e reproduzir, onde a sobrevivência social encontra-se subordinada às condições territoriais, permitindo um maior ou menor enraizamento no solo – território. Os negros organizavam-se de forma unida, coletiva, em sociedades relativamente fechadas, regidas por leis socialmente construídas, administradas autonomamente e governadas por representantes eleitos. Os quilombos se espalharam por várias regiões do Brasil e da Amazônia. Os principais na Amazônia estão nos atuais estados do Pará.

As fugas dos negros em direção ao vale do rio Trombetas e seus tributários começaram nas primeiras décadas do século XIX, com a decadência do cultivo de cacau em Alenquer, Óbidos e Santarém, cidades que possuíam bom número de escravos. O período de fuga dos escravos, de forma individual ou coletiva, geralmente encontrava-se relacionado à época de cheia dos rios – de dezembro a maio –, quando a navegabilidade por atalhos era facilitada, e nos períodos de festividades – juninas e natalinas – quando a fazenda estava preocupada com outras atividades (FUNES, 2000). Os quilombos do Trombetas tiveram importâncias significativas na luta dos escravos na Amazônia, por ter sido um dos maiores e mais difícil de ser destruído. Eram considerados o ‘*Palmares*’ amazônico (em referência ao maior quilombo formado no nordeste Brasileiro em Alagoas) e estima-se que tenham

abrigado mais de 2 mil indivíduos. Os quilombos da bacia do Trombetas são originários do re-agrupamento dos quilombos *Inferno e Cipotema*, destroçados, em 1812, pela expedição punitiva no rio Curuá em Alenquer (SALLES, 1971).

Segundo relatos de viajantes, em 1821, existia no vale do Trombetas o que poderia ser o primeiro quilombo, um aglomerado de negros do devastado mocambo do Curuá localizado no lago conhecido como Lago do Mocambo. Neste mesmo período, havia chegado fugido de Santarém um grupo de escravos que se abrigara acima das cachoeiras no rio Erepecuru, onde teve o primeiro contato com os índios (ANDRADE, 1995). Em 1822, registrou-se uma expedição punitiva bem sucedida no Trombetas, que resultou na destruição de um quilombo. Mas essa relativa derrota não inibiu a reprodução de outros e o aliciamento de novos camaradas para integrar os mocambos. Nesta época o bom relacionamento com índios e desertores possibilitaram aos negros aprimorar as fugas, alcançado maior sucesso e menos riscos. Em 1827, outra excursão foi promovida com algum sucesso para as tropas. A constante pressão das tropas de captura obrigou os negros a abandonar as águas calmas do Trombetas e organizarem novos territórios em sítios mais defensivos acima das cachoeiras.

Como estratégia de fuga das senzalas e das expedições de milícias os negros ocuparam os espaços acima das cachoeiras nos rios Trombetas e Erepecuru, fundando lá novos territórios de escravos fugidos. O curso estreito dos rios, a floresta densa e as grandes quedas d'água permitiram aos negros adquirirem maior proteção. Essas características físicas do território dificultavam a chegada das milícias, facilitavam a vigilância no sopé das cachoeiras, permitindo que os negros evacuassem os quilombos antes de serem surpreendidos pelas tropas. Outra estratégia era não se concentrar numa única localidade, erguendo diferentes mocambos às margens do rio principal e seus tributários. As posições eram escolhidas de forma estratégica a fim de exercer um maior controle sobre o território. Costumavam ocupar os terrenos altos às margens do rio (terra firme), fora do alcance das enchentes e oculto da visão de quem por rio chegasse. Deste modo, exerciam total poder sobre o espaço, ao ver a chegada do inimigo e não ser visto e por ter o conhecimento total das redes de circulação, lhes permitindo o controle de entrada e assegurando as rotas de fuga. Os territórios também forneciam abundante quantidade de alimentos no interior da mata e solo fértil, possibilitando a sobrevivência e a autonomia dos quilombos.

Os africanos se adaptaram às condições ecológicas da Amazônia. Adequando-se aos diversos recursos alimentícios e suas sazonalidades, construindo aos poucos um calendário extrativo. No sentido de possibilitar sua reprodução, os negros se organizaram de forma coletiva no uso e na apropriação do território, fixando normas elaboradas em consenso e construindo uma identidade comum, por meio de práticas, concepções e princípios (ACEVEDO e CASTRO, 1998). Há então a concretização de uma territorialidade, cuja ligação entre solo e sociedade é essencial. O espaço vital, da satisfação das necessidades básicas, se transforma em espaço vivido, das práticas, dos símbolos, dos mitos, da história e da identidade para com o território. O espaço vivido é a expressão do profundo enraizamento territorial dos negros, ou seja, a construção de uma territorialidade.

Durante o movimento cabano os negros desceram os rios para engrossar o contingente revoltos e lutar por liberdade. A presença dos escravos libertos e dos índios demonstrava as raízes populares do movimento. Os escravos aproveitaram as mortes e fugas dos senhores para fugirem e se reorganizarem nos mocambos no Trombetas, elevando ainda mais a população aquilombada.

Por ocasião da Cabanagem, esses negros se colocaram ao lado dos revoltosos, auxiliando-os. A revolução de 1835 foi extraordinariamente propícia aos mocambeiros. Os negros, aproveitando-se da morte ou fuga dos senhores, reorganizaram-se e fundaram acima da décima quinta cachoeira, denominada esta

de Caspacura, uma povoação por eles mesmos denominada *Cidade da Maravilha* (SALLES, 1971, p.234).

Cidade da Maravilha se tornou o maior quilombo da região, atingindo número superior a 2.000 escravos fugidos. Ao mesmo tempo, virou a ira dos senhores de Óbidos e Santarém, que cobravam do poder público o uso dos aparelhos policiais para captura e destruição dos mocambos. Desta forma, garantindo o retorno da propriedade privada dos cidadãos, o escravo, e zelando pela segurança pública. A partir de 1854, várias expedições constituídas por policiais, pela Guarda Nacional e por índios *Mundurucus*, que serviam como guias, subiram o Trombetas pretendendo acabar com o quilombo. Numa destas tentativas, antes da milícia chegar à *Cidade da Maravilha*, esta já havia sido queimada pelos próprios negros que fugiram. Acredita-se que os delatores do ataque ao quilombo tenham sido os regatões (comerciantes nômades), que pretendiam não ver destruído seus lucrativos negócios com os negros.

Ainda temerosos com as incursões de captura, socialmente justificadas pela ideologia do modelo escravocrata e intensificadas com o fim do tráfico negreiro e pelo déficit de escravos, os fugidos subiram ainda mais cachoeiras para ocupar terrenos com maior proteção. Os negros deixaram de se organizar de forma nucleada, como no caso do mocambo *Cidade da Maravilha*, e voltaram a se dispersar espacialmente pelo território, porém no entorno de dois núcleos maiores (Idem). Tal estratégia almejava facilitar as fugas e propiciar maior resistência às investidas dos inimigos. Este processo de reterritorialização da população negra avançou sobre territórios indígenas empurrando-os cada vez mais para norte.

2.2 As Redes de Relações Sociais dos Mocambeiros

As relações entre negros e índios era dúbia e conflituosa. Por um lado os negros eram temidos pelos indígenas, e vice versa, pelo fato de serem violentos e invadirem seus territórios, muitas vezes para seqüestrar índias – consequência da relativa ausência de mulheres nos quilombos. Tais conflitos causaram o deslocamento dos indígenas para o norte e delimitaram novas fronteiras mutuamente respeitadas (como a cachoeira da Fumaça limite entre a ocupação negra, abaixo da cachoeira, e dos indígenas, acima). Por outro lado, a relação entre eles, em alguns casos, podia ser bem amistosa, levando até mesmo a convivência conjunta, a ajuda nos atos de fuga e a proteção do território. A heterogeneidade étnica das sociedades dos quilombos proporcionou o processo de miscigenação etno-cultural, que pode ser observada ainda hoje pelo biótipo das populações quilombolas e em suas manifestações culturais. Foi o contato com os índios que deu condições aos negros de sobreviver na mata, a partir do ensinamento dos conhecimentos sobre os recursos naturais e do território.

Esse mesmo processo de povoamento de escravos, fugidos das crueldades de seus senhores a procura de asilo e liberdade na espessidão da selva amazônica, foi identificado por viajantes no Cuminá (tributário do Trombetas) e em vários outros rios da Amazônia. A presença de palhoças humildes, contendo indispensavelmente o pilão, podia ser encontrada facilmente nas regiões consideradas mais inóspitas e insalubres na vizinhança de terras indígenas.

Os quilombos que por aqui (*vale do rio Cuminá*) existiam e, segundo consta, ficavam acima da cachoeira do Cajual e do rio Penecura, eram filiados aos nascidos, em 1840, no Trombetas, com os quais se comunicavam por terra. Aliás quase todos os rios da Amazônia tiveram desses refúgios de escravos e até no alto Içá, Crevaux foi surpreender a choça de uma preta velha. Parece que tanto no Trombetas como no Cuminá, os mocambeiros, temendo o gentio, nunca se localizaram muito acima das primeiras cachoeiras. Contudo, diz-se que eles acabaram por manter relações com os selvagens e há quem adiante que, por meio das tribos Ariquena, Charuma e

Tunayana, através dos Tiriôs da Guiana, e passando pelos Pianacotós, eles chegaram a estabelecer contactos com seus irmãos, os negros da mata (bush-negroes) de Suriname, também escapos ao cativo (CRULS, 1930, p. 33-34).

As redes de relação social da sociedade aquilombada não se limitavam aos segmentos excluídos da sociedade amazônica. Os ex-escravos mantinham relações próximas com os regatões com quem trocavam e vendiam, de forma clandestina, produtos plantados e coletados na floresta, como farinha, madeira, tabaco e gêneros da floresta, principalmente a castanha-do-pará. Os negros também promoviam empreitadas, na calada da noite, em direção aos portos de Óbidos e Oriximiná, desejando vender e comprar mercadorias com os comerciantes. Os comerciantes faziam parte da importante rede de informação contida na estratégia de defesa do território dos quilombos. Era através destes que chegavam as informações relativas ao movimento de perseguição aos mocambos. Por fidelidade aos seus interesses mercantis, os regatões também negavam informações aos perseguidores (SALLES, 1971). O papel exercido pelos quilombos na economia local e as relações com os comerciantes, homens que ocupavam cargos públicos e com prestígio político, permitia aos mocambos gozar de certa legitimidade. Esta legitimidade era expressa na relativa inserção destes territórios na sociedade local, nas visitas de cientistas, viajantes, negociante e religiosos e majoritariamente pelo fato de se extinguirem as expedições punitivas ao Trombetas ainda na década de 1860³ (FUNES, 2000). O fim da caça aos escravos foi também resultado da decadência e do enfraquecimento dos donos de escravos por meio de leis.

A aproximação com os regatões e com a igreja Católica é mais um elemento à comprovar que os quilombos não eram territórios completamente fechados e intransponíveis (O' DWYER, 2002). A relação com a entidade religiosa só foi possível devido ao maior contato dos ex-escravos com a cidade e pelas missões religiosas, em 1877, 1878 e 1888, lideradas pelo padre José Nicolino de Souza, da ordem dos Franciscanos⁴. Tais missões objetivavam catequizar os índios e alcançar os campos gerais. A Igreja Católica exerceu uma função importante no controle dos quilombos, possibilitando aumentar o contato econômico e social dos negros com a sociedade regional. Ela substituiu o relacionamento imposto pela força das expedições de captura pelo processo de pacificação e cristianização dos mocambeiros. Foi o próprio padre Nicolino, que durante suas missões religiosas, desbravou a terra firme na margem esquerda do rio Trombetas, em 1877, onde fundou o povoado de Uruáa-Tapera, futura cidade de Oriximiná.

2.3 Descenso – o Processo de Reterritorialização

No terceiro quartel do século XIX e primeiro do XX, o aumento da aceitabilidade da existência dos quilombos, o melhor relacionamento social com a sociedade urbana regional, o fim das expedições de captura e posteriormente a abolição da escravidão, permitiram que os negros descartassem a proteção das cachoeiras e comessem a descê-las para ocupar as margens dos lagos abaixo delas. O descenso tinha a finalidade de se aproximar de Óbidos para facilitar o comércio clandestino e de montar bases para vigiar possíveis invasões aos quilombos acima das cachoeiras. Apesar dos principais mocambos se localizarem acima das cachoeiras, os pequenos quilombos que se formavam abaixo delas, nos lagos e igarapés, como Cachoeira Porteira, Mocambo, Conceição, Macaxeira, Abui, Tapagem, Erepecú e Moura, funcionavam como apoio ao comércio e a proteção dos situados acima, sendo

³ Apesar de não ter havido, após a década de 1860, mais nenhuma incursão de capitães-do-mato no Trombetas, em 1870, o então presidente da província assinou uma lei autorizando a destruição dos mocambos do Trombetas e em 1876 ocorreu a expedição que destruiu o mocambo do rio Curuá, vizinho ao rio Trombetas.

⁴ Os Franciscanos eram os encarregados pela Coroa portuguesa de catequizar os índios localizados na margem direita do rio Amazonas.

fundamentais para resistência, reprodução e sobrevivência daquela sociedade (FUNES, 2000). Por volta de 1866 frente a promessa de liberdade do governo Imperial, os mocambeiros fundaram o quilombo *Colônia*, localizado nas proximidades de Cachoeira Porteira, contudo não se atreveram a descê-la por completo, neste momento (ANDRADE, 1995).

Primeiro só foi possível descer as cachoeiras e se posicionar na parte baixa do rio os ex-escravos cuja liberdade estava assegurada e os que mantinham relações amigáveis com seus antigos senhores. No entanto, o posicionamento no interior dos lagos e o fato de não se localizarem abaixo do encontro do Trombetas com o Cuminá fazem parte da cautela dos negros ainda temerosos de alguma possível represália. A proximidade dos recursos naturais da terra firme e dos lagos também foi um elemento determinante na escolha da ocupação. Pouco a pouco os mocambeiros foram abandonando os antigos territórios das cachoeiras e ocupando as margens do Médio Trombetas, se reterritorializando nos espaços ocupados por eles até a atualidade. Nos novos territórios os ex-escravos e seus descendentes mantiveram as relações com o meio aprendidas nos tempos de fuga e que lhes permitiu alcançar certa autonomia, baseada na caça, na pesca, na agricultura e na extração de recursos da floresta, tanto com fins alimentícios, como comerciais. Apesar de ser um ator importante na economia local, de frequentar e circular livremente pela cidade de Óbidos e Oriximiná, de se relacionar com comerciantes, religiosos e até mesmo com seus antigos senhores, os mocambeiros permaneciam à margem da sociedade amazônica e muitas vezes tendo seu território ignorado pelos brancos, por ainda serem vistos como inferiores e vagabundos.

Na segunda metade do século XIX, a economia cacaueteira é ultrapassada pela de produtos naturais extrativos como a salsaparrilha, cravo-do-maranhão, borracha, peixe seco, madeira, castanha-do-pará etc. na região do Baixo Amazonas, que se tornaram as novas mercadorias de exportação. Foram a economia extrativista e a agropastoril que recuperaram a economia da região em crise com o cacau. Cobiçados pelos lucros da atividade extrativa, os colonizadores brancos iniciaram o processo de ocupação das terras ricas em castanha-do-pará, madeira e outros produtos da floresta no Baixo e Médio Trombetas, até então ocupadas e sob controle dos negros. (ACEVEDO e CASTRO, 1998). Sendo assim, o processo de descida dos negros se chocou com o de privatização das terras públicas, juridicamente devolutas, por compradores urbanos interessados na economia extrativista da castanha. As *terras de preto*, recém ocupadas no Médio Trombetas começaram a ser sobrepostas pelas titulações dos brancos que subiam os rios. Até porque os negros não se pautavam no direito burguês de propriedade privada, mas sim na relação de trabalho e uso coletivo da terra.

3. Negros Versus “Donos” dos Castanhais

A castanheira (*Bertholletia excelsa*) se desenvolve em climas equatoriais-úmidos e é encontrada esparsamente nas terras firmes de toda bacia amazônica. Caracteriza-se por concentrar-se espacialmente, formando castanhais e facilitando a coleta de seus frutos. Fruto este que no interior de sua casca dura (ouríço) guarda uma das mais cobiçadas especiarias amazônicas, a castanha-do-pará, consumida principalmente no exterior. A castanha é coletada nos meses de dezembro a maio, na época da chuva que lhe derruba os ouriços. Neste período os coletores autônomos e subordinados aos ‘donos’ dos castanhais subiam os rios e adentravam a mata para apanhar o produto. Existem três tipos de castanha-do-pará no mercado: a grande, a média e a miúda. A castanha grande é sobretudo encontrada no rio Trombetas e Cachorro, a média na região do Tocantins e em Marabá e a miúda encontra-se em Alenquer e no Acre (CRULS, 1930). No estado do Pará especialmente duas macroregiões são ricas em castanhais: o Sudeste Paraense e o Baixo Amazonas.

As áreas de castanhais, antes da chegada dos europeus, eram ocupadas por povos indígenas que coletavam a castanha para alimentação. Os colonizadores implantaram na Amazônia uma economia estruturada na exploração capitalista dos recursos naturais, sob domínio do capital mercantil. Esse modelo de base extrativista/exportadora prosseguiu após o período cacauero, que vigorou até meados do século XVIII, com substituição do cacau por outros produtos cuja cotação destacara-se no mercado internacional, principalmente das potências européias e dos Estados Unidos. Os produtos látex e castanha-do-pará, até então restritos ao conhecimento e a utilização por indígenas e mocambeiros, tornaram-se cobiçados pelas oligarquias amazônicas. A elite pretendia não só o enriquecimento com o comércio, mas também a conquista ou manutenção do poder político (SILVA, 1987).

A exploração da borracha teve grande importância para economia amazônica no período de 1891-1920, porém nem todas as regiões estavam inseridas expressivamente nesta atividade. O vale do Trombetas não se encontrava dentre as áreas de elevada produção de látex, mas relatos de entrevistados confirmam a existência desta atividade na região, com pouca intensidade. No Trombetas e nos vales vizinhos o principal produto de exportação, no período, era a castanha-do-pará. Nestes anos, a região alcançou o *status* de maior produtora de castanha no Brasil. Além disso, a cidade de Óbidos, localizada às margens do Amazonas, tornou-se o centro de exportação da castanha coletada em toda a redondeza. Dali saiam os navios para EUA e Europa e instalaram-se empresas de beneficiamento e exportação.

As características da cultura extrativista da castanha-do-pará e do modelo societário mercantil deram condições ao surgimento de uma nova força de trabalho, o campesinato extrativo. Este ator se inseria na economia castanheira como coletor livre e autônomo que negociava diretamente com os regatões. Na primeira fase da comercialização da castanha, os negros do Trombetas exerciam funções correspondentes a esse campesinato. Habitavam as áreas de castanhais, coletavam produtos naturais como a castanha, o cumarú, o óleo de copaíba, o breu entre outros, e negociavam com regatões, que subiam o rio, ou vendiam diretamente para comerciantes na cidade de Óbidos. Entretanto, esse modo de relação social perdurou somente até aproximadamente 1920. Quando estimulados pelos vultuosos lucros da exportação da castanha os comerciantes, os sitiantes e os fazendeiros das cidades próximas começaram a comprar, titular e ocupar as terras ricas em produtos extrativos no rio Trombetas (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

3.1 Os ‘Donos dos Castanhais’ e os Castanheiros Negros

A ocupação do vale do Trombetas pelos brancos não teve início somente a partir da década de 1920. Desde meados do século XIX, embora de forma lenta, os brancos foram subindo o rio, alterando o quadro de sete décadas de relativo isolamento dos negros. No princípio os brancos respeitaram o território negro, resultando na formação de dois mundos distintos. No Baixo Trombetas (até o lago Erepecuru), estava o mundo dos brancos e dos senhores, no médio e no alto Trombetas encontravam-se os negros (acima do lago Erepecurú, das cachoeiras e no rio Erepecú). Posteriormente, com a expansão territorial convergente de ambos os grupos se constituiu no Trombetas uma nova geografia. Segundo Acevedo e Castro

(...) foram a navegação a vapor, a livre navegação do Amazonas, a exploração da castanha e a proposta de ocupação e colonização que partia do mundo dos senhores, que marcaram progressivamente o ritmo de intromissão e de aproximação com os grupos do Médio e Alto Trombetas (ACEVEDO & CASTRO, 1998, p. 56).

Apesar de exercerem um importante papel na economia regional, os negros eram identificados como simples extratores e grupos nômades desvinculados da agricultura, isto é sem vínculo com a terra e com o território. Esse discurso ideológico legitimava as ações de registro de posse, arrendamento, compra e venda das *terras de pretos* por brancos, nos

primeiros anos do século XX. “*Todavia, esses arrendatários, proprietários de castanhais e a sociedade regional não conseguiram ou não tiveram capacidade de desterrar esses antigos ocupantes do Trombetas, mesmo utilizando habilidosamente os artifícios do direito agrário da República*” (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 131). Portanto, os conflitos e as relações entre os dois grupos étnicos distintos perduram até a década de 1960, com o fim da patronagem.

À medida que a privatização da terra avançava sobre o território negro, os novos comerciantes e/ou proprietários, que incorporavam terras ricas em castanhais, instituíam novas estruturas sociais e de poder na região. Os proprietários de terras constituíram um novo grupo social, os ‘patrões dos castanhais’, reorganizaram as relações sociais, de trabalho e de poder. Os negros foram integrados de forma assimétrica na economia regional e na relação de patronagem. O processo de ingresso neste novo sistema de relações não era homogêneo nas famílias e comunidades negras, como descreve Acevedo e Castro.

(...) os quilombolas de fuga ou velhos quilombolas experimentam as duras provações da condição de trabalhadores e homens livres, enquanto os seus descendentes empreenderam, estimulados pela teia de relações familiares, a organização econômica e social das comunidades. Assim moveram-se entre o endividamento com os patrões, via extrativismo da castanha e a existência como camponeses (Idem, 1998, p.114).

As redes de patronagem⁵ existiram em regiões predominantemente agrárias do país, e por muitas décadas determinaram as relações políticas e de poder nas esferas municipais, estaduais e federais. As trocas de favores entre os grupos dominantes nas diversas esferas de poder eram recompensadas em forma de votos. As redes de patronagem se compunham por patrões e clientes que se relacionavam em torno dos recursos agrícolas e extrativistas. O nó mais frágil desta rede (o cliente) era sempre submisso ao mais forte (o patrão), o que consistia numa relação assimétrica de poder. Com isso, era o patrão quem exerciam o poder e conduzia o controle territorial. Os negros do Trombetas, por ocuparem as terras ditas como pertencentes aos ‘donos dos castanhas’, se viram obrigados a prestar serviços, vender exclusivamente a castanha coletada e votar nos patrões e/ou em seus candidatos. “*O voto do cliente fazia parte de uma série de trocas políticas e sociais fundamentadas na honra pessoal*” (HOEFLE, 2003, p. 51). Na patronagem o território não mais seria gerido exclusivamente pelo negro, que perdera relativamente sua autonomia. Entretanto, a permanência nos territórios histórica e socialmente construídos, lhes permitiu conservar uma identidade própria e um vínculo sócio-territorial. Manteve-se inclusive o caráter semi-fechado da sociedade mocambeira, no qual a ligações sociais estão relacionadas no parentesco e no passado comum.

Os grupos negros continuaram desenvolvendo com relativa autonomia a agricultura, em roças e quintais. De uma perspectiva política, essa relação de patronagem correspondem à formas de dependência e de sujeição estabelecidas com os titulares e arrendatários das terras no trabalho de coleta nos castanhais. Trata-se de elos estabelecidos entre negros incorporados à coleta de castanha e os comerciantes locais que articulavam a comercialização e o transporte (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p.140-141).

Os comerciantes e ‘donos dos castanhais’ tinham interesse unicamente na extração e no escoamento da castanha, procurando assim desenvolver um monopólio sobre o produto.

⁵ Segundo Hoefle (2003) as redes de patronagem foram se adaptado com as transformações políticas, sociais e econômicas na Amazônia. Por isso, esta forma de relação social e de poder não se extinguiu, mas assumiu novas características e introduziu novos atores, clientes e patrões. As diferentes formas de relações são denominadas de pré-moderna, moderna e pós-moderna.

Desta forma, eles eliminam a concorrência dos antigos regatões nômades, que subiam o rio. A forma encontrada por ele para submeter o castanheiro exclusivamente a sua compra, foi se transformando em ‘dono do castanhal’ e assim exercendo total controle sobre a proibição ou controle da coleta até então livre. O castanheiro passou a estar sujeito a trabalhar para seu novo patrão, que determinava os lugares e a quantidade a coletar. Para impor as novas regras sobre uso dos recursos do território, o ‘dono’ utilizava-se do poder de coerção, colocava vigias e ameaçava de prisão os castanheiros que retirassem do seu castanhal e vendessem para outro comerciante. Todavia, a relação entre cliente e patrão se estreitou. Substituiu-se a vigilância pela confiança. O castanheiro se tornou afilhado. A rede de relações sociais na patronagem mudou da coerção para o paternalismo como forma de dominação, mas também se pautou no endividamento dos negros e no mandonismo do patrão. Este se tornou padrinho, amigo do padre e prefeito (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Com a economia castanheira e a patronagem paternalista, o poder se voltara para as velhas e novas famílias da região, que adquiriram posse de grandes latifúndios com castanhais e se tornando “donos de castanhais”. Tais famílias são importantes atores políticos até os dias atuais nos municípios de Oriximiná e Óbidos, como os Guerreiros, os Picanço Diniz, os Figueiredo, os Costas, os Almeida, os Teixeira e os Costa Lima. A oligarquia castanheira detinha o controle dos castanhais e assim sobre a força de trabalho ali existente. Portanto, acumulou capital com a extração e comercialização da castanha, produto abundante nas matas da região, e manteve e/ou ampliou o poder político nas diversas escalas da gestão pública, por meio do voto de cabresto e das políticas paternalistas. A rede de patronagem se sustentou firme por aproximadamente meio século, por estruturar-se num modelo paternalista que se demonstrou temporariamente forte. As relações interpessoais de estreitos laços informais, características do paternalismo, consolidaram redutos eleitorais para os patrões. Alguns destes se tornaram figuras políticas de peso nas esferas municipal e estadual, promovendo políticas variantes entre o assistencialismo eleitoreiro e seus interesses econômicos particulares.

3.2 A Decadência do Patrão e Libertação dos Castanhais

O preço e a importância regional da castanha começaram a decair a partir da década de 1940. O declínio da produção extrativista levou ao enfraquecimento da relação de patronagem, que culminou com seu rompimento na década de 1960. A decadência da economia castanheira e o afrouxar das relações de poder são percebidos pela ruptura no monopólio do comércio e do transporte. Os pequenos regatões de Oriximiná, que apesar de reduzidos não tinham desaparecido⁶, junto com os novos comerciantes aparecem com força no cenário do comércio extrativista. Os negros retomaram a autonomia perdida em tempos passados, permitindo-lhes definir seus compradores, reestruturar seu tempo de trabalho e organizar a produção. A extração da castanha não acabou com o fim da patronagem, mas os coletores voltam a poder transitar por todos os castanhais livremente. Os patrões dos castanhais perderam parte do poder sócio-territorial, ao vender suas terras para as recém chegadas empresas mineradoras e migrantes do sul e multinacionais, contudo mantiveram o poder político, administrando órgãos públicos, exercendo cargos políticos nas instâncias municipal, estadual e nacional, portanto recriam novas formas de patronagem.

Segundo Cardoso e Müller (1977) ocorre, a partir de 1970, na Amazônia o processo de diversificação das culturas comerciais, anteriormente centradas no cacau, posteriormente,

⁶ Os pequenos regatões nunca foram totalmente eliminados do comércio e transporte da castanha pelo monopólio dos “donos dos castanhais”. Por utilizarem barco a motor conseguiam utilizar os furos, igarapés e lagos para vender gêneros diversos e comprar castanha dos negros. Estes negros tentavam fugir da relação exploratória dos patrões e adquirir maior autonomia. Para isso coletavam em paradas mais distantes, acima das cachoeiras, ou entravam clandestinamente nos castanhais privados.

na borracha e na castanha. O aumento da procura no mercado mundial por minério e nos nacional e regional por juta, pimenta-do-reino, malva, arroz, carne, petróleo, algodão mamona etc., aliadas às políticas do governo federal dinamizaram a economia regional. Instituiu-se a pecuária extensiva, criou-se empreendimentos minerais de grande porte, surgiram novas indústrias e intensificaram-se as produções agrícolas e extrativistas. As grandes empresas do sudeste e internacionais eram incentivadas pelo governo a implantarem grandes projetos na região, tendo em vista acelerar o processo de ocupação da Amazônia. O interesse das grandes empresas voltava-se para mineração (estanho, bauxita, ouro, cassiterita, manganês e ferro), extração e beneficiamento de madeira, pecuária de corte e soja.

No Trombetas, muitos dos “donos dos castanhais” se tornaram grandes pecuaristas latifundiários e madeireiros nas áreas de terra firme do município de Óbidos, Faro, Terra Santa e Oriximiná, abandonando assim as *terras de pretos*. Outros mais próximos da política nacional, na década de 1970, apoiaram o ingresso de grandes projetos mineradores na região, por acreditar que se beneficiariam política e economicamente com a entrada destes. O projeto minerador da empresa Mineração Rio do Norte e a pecuária debilitaram a já decadente economia extrativista da castanha. As novas atividades mudaram a base econômica, a organização sócio-espacial local e regional, recriando as redes de atores sociais, seus interesses e discursos. “*O interesse pela terra se deslocou da castanha para os recursos minerais*” (ACEVEDO e CASTRO, 1998, p. 192).

4. Unidade de Conservação no Entorno Mineral

A intensificação da ocupação capitalista na Amazônia, a partir de meados da década de 1960, faz parte da fusão dos interesses do capital estrangeiro, das empresas do sudeste do país e do Estado Autoritário. Os militares que tomaram o poder, após o golpe de 1964, tinham o interesse de integrar a região ao restante do Brasil. O temor de perder essa fatia do território, até então afastada da dinâmica produtiva do centro-sul, fez com que o Estado implementasse políticas de desenvolvimento regional e de integração nacional, conhecidas pelo jargão “*integrar para não entregar*”. Estas estavam sustentadas em duas vertentes ideológicas. A primeira pretendia reafirmar a nacionalidade brasileira no território amazônico, ou seja, ressaltar o sentimento de nação que resultaria numa maior coesão e legitimidade do Estado. Para isso, era preciso conectar o norte ao sudeste do país por meio de grandes redes de comunicação (rodovias, redes de energia elétrica e telecomunicações), além de ocupar demográfica e economicamente o território. A segunda vertente estava associada a realização de um destino manifesto, tornar o Brasil uma grande potência mundial. Sendo assim, o objetivo encontrava-se em desenvolver a economia nacional, principalmente em direção a fronteira de expansão capitalista - a Amazônia, a qualquer preço, sem se preocupar com as mazelas sociais e ambientais.

De olho nos recursos minerais descobertos na região e associados ao Estado brasileiro, os empresários brasileiros e estrangeiros acreditaram na construção de mega projetos minero-metalúrgicos. O II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND (1975/79) do governo Geisel impulsionou a implementação destas políticas públicas, consolidadas na formação dos empreendimentos de exploração de bauxita pela Mineração Rio do Norte – MRN, no município de Oriximiná-PA em 1979, e de Ferro e outros minérios pela estatal Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) na província de Carajás em 1984. Esses dois grandes projetos somados a outros já existentes no Pará, tornaram o estado do Pará o segundo maior produtor mineral do país (atrás do estado de Minas Gerais) e colocou a exploração mineral como principal potencializador da dinamização e do crescimento econômico regional.

A Amazônia deixava de ser um espaço esquecido pelo desenvolvimento estatal, considerado simplesmente como reserva de valor, para tornar-se a equação do déficit na balança comercial, via exportação e fornecimento de bens-primários e semi-elaborados para os pólos industriais do centro-sul e dos países desenvolvidos. Isto é, mais uma vez a economia regional se estruturou na exploração dos seus recursos naturais por atores capitalistas das regiões mais ricas, que cobiçavam o próprio desenvolvimento. Restou a Amazônia arcar com o ônus sócio-ambiental do ‘progresso’ e se limitar à mais um século de abusos, submissão, e subdesenvolvimento.

O entorno da mineração em Oriximiná compõem-se por territórios em conflitos. Territórios desiguais em relação ao da empresa e influenciado pelo poder desta. Locais onde as estratégias e os embates entre os atores sociais se afloraram. Onde as contradições do modelo capitalista excludente e repressor formam um campo de poder constituído por redes de relações que se articulam nas mais diversas escalas geográficas (SOUZA, 1995; HAESBAERT, 2004). No entorno encontram-se as instituições vindas para proteger o capital minerador, os ‘guardiões’ do território. São eles que vão desenvolver uma fronteira que afaste o centro (a empresa) ainda mais da periferia (o entorno). Para isso, criam-se novas regras, normas e leis de controle e gestão territorial.

As transformações territoriais ocorridas nestes espaços refletem o jogo de interesse da empresa mineradora, que objetiva proteger seu entorno de futuras ocupações e preservar as reservas de capital ali existente (possíveis minas), a partir de um discurso de proteção ambiental e social, como retrata Coelho et al (2002, p. 163) no caso de Carajás:

(...) o entorno dos territórios criados e defendidos pela empresa mineradora é local de disputa, lugar onde o centro (a empresa) tende a se estender territorialmente e impor sua racionalidade. Este encontra sempre maneiras legítimas de fiscalizar e regular as vidas dos moradores do próprio território e do entorno (...). A reivindicação e luta por uma vasta área de terra por parte de uma grande empresa (...) representa também suas pretensões de ampliação futura de suas atividades mineradoras e de extensão de controle do patrimônio ambiental a um espaço mais amplo, em face das necessidades atuais e futuras de diversificação de suas atividades e escassez.

4.1 As U.C.'s em Sobreposição aos Territórios Quilombolas

O exemplo mais contundente do interesse da MRN no processo de novas institucionalizações e seus efeitos sócio-espaciais está na criação e consolidação de unidades de conservação ambiental, geridas pelo IBDF/IBAMA⁷. Essa agência federal exerce o poder na escala local de regular e controlar as comunidades e o uso dos recursos naturais a partir de novas regras, delimitações e normas territoriais. Os territórios das áreas de conservação expressam o maior impacto espacial e o poder de transformação dessa instituição, com forte vínculo com a MRN. Tais áreas sobrepõem territórios previamente constituídos impondo-os uma nova organização sócio-espacial.

A partir da aliança com IBAMA a mineradora consegue interferir em seu entorno de forma terceirizada, ou seja, exerce o poder através da instituição pública e da legislação sem ser assinalada como repressora, territorialista e potencializadora dos impactos, deixando tais alegações à agência ambiental. Portanto, a empresa aplica, o que Raffestin (1980) aponta como, a forma mais eficaz de exercer o poder, ver e não ser visto. A instituição federal se torna então a guardiã do território capitalista e a protetora dos seus interesses.

⁷ Até a década de 1989, o órgão federal que regulava as leis e normas relativas à questão do meio ambiente era o IBDF, após uma reformulação na concepção das políticas voltadas para ecologia na constituição de 1988 se reestruturou as políticas ambientais no contexto da sociedade. Assim se extinguiu o IBDF, substituindo-o pelo IBAMA.

A atividade mineral no Trombetas teve início em 1976. Após três anos de exploração, promulgou-se no congresso nacional a proposta da empresa MRN de demarcação da Reserva Biológica do Trombetas (REBIO), na margem esquerda do rio, área não explorada em recursos minerais, porém onde há jazidas a serem mineradas. Em 1989, sob mesma orientação delimitou-se a área da Floresta Nacional de Saracá-Taquera (FLONA) localizada na margens direita do rio, incluindo as áreas concedida para lavra (ver mapa 1). Nesta data, finaliza-se até então, o processo de formação territorial desenvolvido pelo IBAMA no entorno do empreendimento minerador.

4.1.1 Reserva Biológica do Trombetas - REBIO

A REBIO consiste no tipo de unidade de conservação mais restrito existente na constituição brasileira, em virtude de sua utilização para fins de proteção máxima dos ecossistemas e da biodiversidade. No âmbito jurídico, em áreas de conservação com *status* de reserva veda-se a qualquer indivíduo o direito de entrada ou habitação no interior do território. Tal rigorosidade na criação da unidade de conservação no Trombetas não foi coincidência. O caráter fechado da REBIO garantiu o controle que a MRN pretendia sobre o território. Desta forma, a empresa tentava impedir a formação de grandes beiradões, como se deu no projeto Jarí-PA. Além de ter proposto a criação da unidade de conservação, a firma também assegura sua manutenção, em termos de estrutura e financiamento, por meio de convênios existentes entre empresa e o IBAMA. Dessa forma, a mineradora se tornou um órgão fiscalizador, com poder ilegal de polícia em nome da segurança dos recursos naturais e do território do entorno. Neste espaço por causa das medidas adotadas e das novas regras e normas, ela evitou qualquer possível exploração dos recursos, mineral ou não, e as formações de novos territórios que poderiam vir a ameaçar o projeto minerador .

A partir de um discurso aparentemente distorcido, pois existiam interesses mais poderosos que não se limitam à preservação plena da biodiversidade ou a defesa das Tartarugas da Amazônia e da madeira de lei, instalou-se no município de Oriximiná a REBIO do Trombetas, com a extensão de 385.000 ha, em 1979. Na REBIO, por lei, não permite-se a existência de nenhum humano vivendo no seu interior. Esse tipo de conservação considera a interação entre indivíduo e natureza um risco à preservação ecológica local. As reservas biológicas estão estruturadas num discurso puramente biológico e ecológico, que defende a exclusão do homem para maior proteção da biodiversidade, como se o ser humano não fosse parte integrante da natureza e como se todas as relações entre homem-meio fossem por excelência maléficas. Cria-se assim um território inexistente, onde não existe ser humano nem muito menos a relação sociedade-natureza.

A problemática no entorno da criação da REBIO tem origem na idéia do espaço vazio, o mesmo que gerou os impactos da implantação do pólo de desenvolvimento regional. O governo federal, ainda sob o controle ditatorial dos militares, demarcou a reserva sem levar em consideração os indivíduos ali residentes. Disso decorreu a sobreposição de territórios centenários utilizados por comunidades quilombolas e o novo território constituído pela Reserva Biológica do Rio Trombetas (Ver mapa 1).

A delimitação da REBIO desagradou grande parte da sociedade Oriximinaense, que tinha sua economia e organização social ainda sob forte influência da exploração de recursos da floresta. As manifestações de descontentamento vieram de diferentes segmentos, majoritariamente das comunidades negras, dos políticos, comerciantes e interlocutores nacionais e internacionais (ACEVEDO e CASTRO, 1998).

Foi durante o processo de consolidação da REBIO que afloraram os maiores conflitos concernentes à instalação do grande projeto. O governo militar, sendo representado pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal – IBDF, promoveu a política de eliminação dos territórios sobrepostos à nova área de preservação. Para isso, utilizou-se até mesmo de

violência física e moral. Houveram comunidades quilombolas na margem esquerda do Trombetas expulsas de suas terras, muitas vezes sem a efetivação de qualquer indenização ou mediante ínfima quantia. Os diversos atos de violência foram denunciados pela pastoral de Oriximiná durante a década de 1980, sendo esta a única forma de visibilidade para os remanescentes de quilombos. As populações das comunidades do Jacaré e Arrozal foram desterritorializadas do recém criado território da REBIO e seus habitantes tiveram destinos diferenciados. Algumas famílias se transferiram para outras comunidades negras, passando da margem esquerda para direita do rio, onde não havia a repressão, ou mudaram para fora da região do Trombetas. As duas comunidades se encontravam em áreas ricas em recursos naturais como castanhais, tracajás e lagos piscosos.

Apesar da ação do antigo IBDF, ter sido considerada pelos moradores como amedrontadora, muitas comunidades ainda permaneceram em seus territórios sobrepostos à REBIO. Entretanto, a suspeita de qualquer aproximação dos fiscais virava motivo para as famílias correrem para o interior da floresta a procura de esconderijo. Segundo relatos dos moradores, os fiscais às vezes acompanhados pela Polícia Federal entravam nas casas e quebravam os objetos, jogavam a comida da panela no rio e apreendiam os materiais de trabalho, espingarda, facão, malhadeira e canoa. Tal conflito, ainda que de forma menos agressiva, permanece até os dias de hoje. Todavia, o estilo violento e repressor do órgão começaram a se alterar com a emancipação das idéias que “humanizaram” a questão ambiental no âmbito das políticas públicas na década de 1990, como destaca CUNHA e COELHO (2003; p 74).

(...) o processo de criação de reservas extrativistas, revelou como um novo conjunto de idéias e valores tem influenciado o processo de formulação de políticas ambientais no país. Noções de co-manejo ou de gestão participativa, baseada numa estratégia conservacionista de proteção da natureza e numa visão instrumental/reformista dos mecanismos regulatórios do uso dos recursos naturais, passa, a ser dominantes no setor.

A reserva biológica se encontra em sob um território extremamente rico em recursos naturais, onde se localizavam os principais, melhores e mais densos platôs cobertos por castanhais, os grandes lagos e a densa floresta com infinidades de alimentos e de matéria-prima vegetal. Os quilombolas que vivem no interior da unidade de conservação e no entorno sempre se utilizaram destes recursos e do território para alimentação da família e geração de renda. A partir da demarcação e do controle do novo território há um processo de “cercamento” dos recursos naturais e dos territórios, antes contínuos e de livre acesso às comunidades. Os negros num primeiro momento não tiveram vedado seus direitos de trabalhar como coletores, sendo liberados a entrar e circular na reserva somente em época de coleta de castanha. Por volta do ano de 1985, com a instalação dos postos de fiscalização na entrada dos lagos Jacaré e Erepecu o acesso passou a ser proibido pelo IBDF, em qualquer época ou horário. Desta forma, passa-se a valer a lei que proíbe todo e qualquer tipo de exploração, considerando-as ilegais.

Com a total proibição da entrada na área da REBIO e assim aos castanhais, só resta aos quilombolas deslocar-se para locais mais distantes e de difícil acesso para atingir os castanhais. Na margem direita as viagens poderiam levar de um a dois dias e acima das cachoeiras um investimento de quatro a cinco dias de canoa. Essa regra tem conseqüências diretas na alimentação e na geração de renda das comunidades. Os tempos passados foram de fartura e certa autonomia, como relatam os entrevistados. Com as proibições os indivíduos ainda presentes no interior da reserva viram escassear os alimentos. A produção regional de castanha também sofreu relevante diminuição.

Em entrevista alguns quilombolas definiram o processo de “cercamento” dos recursos como novo modo de escravidão. Os indivíduos ficam sem poder ter acesso aos seus recursos, não tendo outra escolha de sobrevivência que não seja burlando as leis. A desobediência às leis, promovida pelos remanescentes, reflete a reação e negação ao sistema imposto pelo Estado e pela MRN, e a necessidade de continuar utilizando-se dos bens da floresta, como exercido por direito desde os seus antepassados. A problemática se agravou ainda mais, quando ao infringir a lei, os negros se tornam criminosos. A cultura centenária de uso da natureza e de circulação sem fronteiras se tornou crime sujeito à repressão do órgão regulador e da polícia, que lhes poderia resultar em prisão, ou, como de costume no período, em tortura. Neste contexto de proibição e necessidades, os conflitos se tornaram rotina entre os quilombolas, que precisam do uso do meio, e o IBDF e posteriormente o IBAMA, órgãos repressores e ‘protetores’ do território ecológico, sendo assim do entorno minerador.

A relação entre IBAMA e MRN é muito estreita. Caracteriza-se por uma espécie de dependência recíproca. Onde o primeiro necessita da estrutura e dos investimentos da empresa mineradora, para se manter numa região distante de qualquer estrutura urbana regional e para se sustentar frente ao completo abandono das instituições públicas brasileiras. A segunda se beneficia com a proteção de seus interesses no entorno, aceitos legalmente por intermédio do IBAMA.

O governo federal se mostrou a favor deste tipo de vinculação, que começa a se intensificar a partir da Constituição de 1988. A nova Constituição apresenta uma forte tendência descentralizadora do Estado, em todas as esferas da gestão pública. No que se refere à questão ambiental, ela se baseia no discurso de maior participação da sociedade, o que representa um novo modo de gestão dos recursos naturais e das áreas protegidas (CUNHA e COELHO, 2003). Na teoria a sociedade teria o direito à maior intervenção em temas polêmicos como a criação de unidades de conservação e elaboração de plano diretor, e se permitiria intensificar as alianças dos vários segmentos sociais com a instituição reguladora na gestão das políticas públicas. Em parte, algumas mudanças ocorreram, como o aumento no número de convênios entre Estado e empresas privadas, sobretudo em relação aos financiamentos privados das políticas. A comprovação deste novo panorama se demonstra com a promulgação da segunda proposta da MRN, de delimitação da área de conservação da Floresta Nacional Saracá –Taquera, em 1989.

4.1.2 Floresta Nacional Saracá – Taquera - FLONA

O processo de institucionalização de terras públicas pelos órgãos ambientais a serviço do capital minerador não se finda com a demarcação da reserva biológica. No ano de 1989, no fim do primeiro governo civil brasileiro pós-ditadura, foi promulgada pelo então presidente José Sarney, por interesse e proposta da MRN, a Floresta Nacional Saracá - Taquera. Localizada na margem direita do rio Trombeta, uma área de 429.600 ha inclui o território concedido para lavra à MRN. Por parte da empresa, dentre os interesses relativos a delimitação da FLONA estavam a preservação dos recursos minerais para futuros empreendimentos e inventar dificuldades a outras empresas concorrentes na concessão de áreas de exploração, consolidando assim o ‘reinado’ da MRN sobre o território.

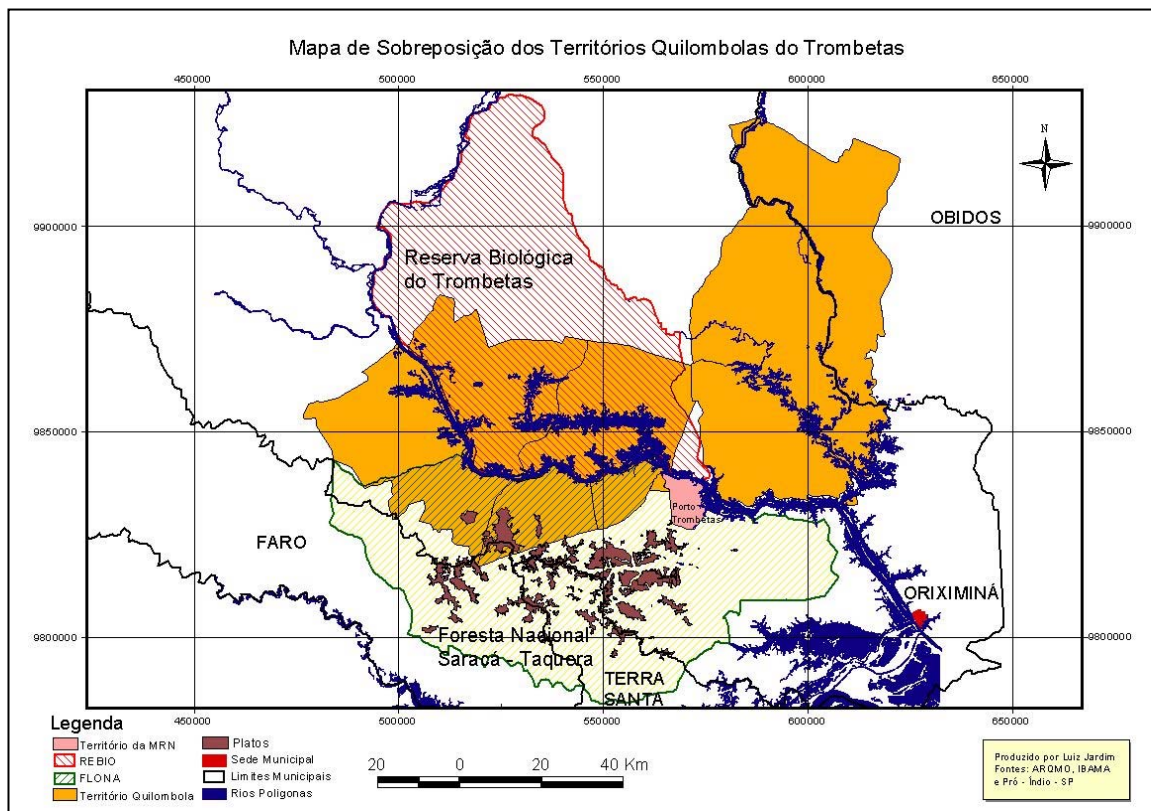
Criou-se a FLONA com o discurso de aumentar a regulação e a fiscalização sobre o mecanismo de extração da bauxita promovido pela mineradora. As justificativas para tal política foram os acontecimentos de negligência empresarial ao ecossistema, como a poluição do lago Batata e do igarapé Água Fria. O IBAMA monitoraria a empresa para que fatos como esses não acontecessem mais. Certamente, não só objetivos de proteção da biodiversidade constavam dos interesses da criação de uma nova área de conservação. O crescimento populacional de comunidades no entorno da mineração como as do lago Batata, a Vila Paraíso e a comunidade do Ajudante, por imigrantes que almejavam emprego e ex-

funcionários demitidos pela MRN passaram a preocupar a empresa. Como estratégia para controle populacional do entorno na margem direita do rio Trombetas e para impedir que novos aglomerados se formassem, delimitou-se mais um território controlado pelo convênio IBAMA/MRN.

A demarcação da FLONA, assim como a da REBIO, não levou em consideração as comunidades existentes, mesmo se tratando de um governo de tendências “democráticas”. Por causa da localização e extensão os limites da floresta nacional não só sobrepôs os territórios negros do Trombetas, mas também os usados e habitados a mais de cem anos por outras populações tradicionais, localizadas na margem direita do rio Trombetas abaixo de Porto Trombetas e no lago Sapucuá. Mesmo permitindo a existência de populações no interior da unidade de conservação, a FLONA só prevê o uso dos recursos naturais por meio de análise de impacto ambiental aprovada pelo IBAMA de acordo com o plano de manejo. Deste modo, a criação da FLONA prejudicou as comunidades negras que viviam do extrativismo vegetal, da caça, da pesca e do cultivo em modo de roçado. Os quilombolas se viram impossibilitados de extrair livremente seus alimentos e realizar atividades necessárias para sobrevivência e reprodução social.

O conflito entre as duas partes se tornou intenso, assim como na REBIO. Os remanescentes de quilombos não levaram em consideração as proibições, continuando a promover suas atividades tradicionais. Em contra partida, o IBAMA alegando que os efeitos de atividades como queimas para formação de roçado, caça e pesca eram causadores da destruição das florestas intensificavam a repressão e as apreensões.

Mapa 1



Os embates territoriais no Trombetas são até contemporaneamente considerados caso de polícia. Nos postos do IBAMA encontram-se polícias militares que efetuam, nos barcos que sobem e descem o rio, revistas a procura de contrabando da floresta. Estes postos também exercem o controle de entrada e saída das unidades de conservação limitando a circulação das populações quilombolas. Não é raro ouvir relatos de preconceitos para com negros, que ao passarem pelo controle são obrigados a serem submetidos à minuciosa revista,

como se fossem criminosos. A prática do roçado ficou a mercê da aprovação do órgão, que liberam áreas insuficientes para alimentar a família inteira. A caça e a pesca se tornaram permitidas somente para fim alimentícios e não de comercialização, porém, como é difícil quantificar o limite da pesca qualquer quantidade é aprendida. Os negros continuam se escondendo como bandidos para exercer suas atividades de sobrevivência, mas não temem tanto a repressão como nos tempos de IBDF.

As unidades de conservação ambiental mudaram a geografia regional/local desterritorializando comunidades negras centenárias e dificultando o acesso destas ao título da terra e aos financiamentos públicos, por estarem em áreas proibidas ou restritas. Os remanescentes de quilombos foram impossibilitados de praticar atividades tradicionais, tendo que reestruturar sua cultura a nova condição territorial. Contudo, a eficiência ambiental destas políticas e dos territórios sob controle do IBAMA e da MRN são altamente contestáveis. Segundo relatos de moradores e ao comparar as descrições dos viajantes da paisagem atual percebe-se que o aumento da degradação das florestas e o desaparecimento de espécies antes abundantes, em sua maioria promovidas por grandes fazendeiros, pela mineradora, por contrabandistas e pela conivência do IBAMA com esses atores. Seria então injustiça culpar aos quilombolas pelos desastres ambientais que vêm ocorrendo na região, porque foram eles que de forma sustentável aliaram sua cultura ao processo de regeneração da natureza, preservando há décadas o ecossistema no Trombetas.

5. Considerações Finais

Os vários tipos de extrativismo dos recursos naturais não asseguraram o desenvolvimento regional sustentável na Amazônia, observado inclusive nas precárias condições de vida das populações urbanas e rurais. A ganância por lucros, pelo ‘progresso’, pelo crescimento econômico e pela exploração dos recursos naturais abundantes no espaço amazônico fizeram com que os capitalistas ignorassem qualquer modo de vida e território tradicional que embarrerasse seus planos. Esses ‘civilizadores’ da modernidade invadiram todos os tipos de territórios ‘arcaicos’: indígenas, negros e caboclos legitimando-se nos mais diversos discursos, desde os interesses da Coroa portuguesa até os do capital transnacional. O modelo capitalista explorador legou às populações amazônicas o ônus do progresso, o subdesenvolvimento, a submissão, a pobreza e a exploração do trabalho

Os quilombolas localizados na bacia do rio Trombetas, no município de Oriximiná, estado do Pará são exemplos remanescentes da existência passada da organização sócio-territorial dos escravos fugidos e dos reflexos dos impactos das transformações espaço-temporais sofridos por esse grupo social, que provocaram uma contínua saga de lutas. As lutas territoriais desenvolveram no espaço do Trombetas um grande campo de força composto por redes de relações sociais e de poder. A formação das redes condicionou-nos diferentes períodos quem exercia o poder sobre o espaço, a população e os recursos. As redes de relações se compunham de aliados, oponentes e intermediários, cujas influências alcançavam diversas escalas geográficas. Eram as disposições de cada ator na rede o que determinava a assimetria de poder, e assim, as conquistas de um lado ou de outro nos conflitos.

As lutas sociais dos negros no Trombetas iniciaram-se no século XVIII, quando os negros escravizados fugiram das fazendas de cacau e gado do Baixo Amazonas e formaram quilombos no alto das cachoeiras. Os embates entre as milícias de captura (Capitães-do-mato) e os negros aquilombados foram as primeiras disputas pelo território. Eles enfrentaram militares armados, aprenderam como promover evasões eficazes, promoveram redes de

comunicação e informação que lhes permitiam preceder os ataques e tiveram em alguns casos seus territórios destruídos.

Neste contexto conturbado de opressão, este grupo social tão heterogêneo - composto por negros de origens distintas no território africano, por indígenas e por brancos excluídos do sistema escravocrata - criando uma identidade, uma sociedade e um território próprio. Foi por causa da característica diversificada da sociedade do quilombo que se possibilitou resistir às constantes invasões territoriais por meio da aliança de conhecimentos dos indígenas, dos negros e dos brancos excluídos. Deste modo, conseguiram se consolidar no espaço e no tempo, sobrevivendo à exclusão social e as ideologias da sociedade escravocrata, desenvolvendo uma relação íntima e recíproca entre sociedade e território que se enraizava cada vez mais por meio da cultura.

A luta prosseguiu com as invasões de seus territórios pelos brancos interessados em se introduzir na economia da castanha. Neste período, os remanescentes de quilombos perderam totalmente sua autonomia. O controle e gestão se limitaram aos ‘donos’ dos castanhais que implementaram uma relação social e de poder assimétrica pautada na subordinação, na submissão, mandonismo e no paternalismo. Muitos negros se rebelaram contra este modo de relação, promovendo estratégias que lhes permitiam alguma independência como a venda clandestina aos regatões (que não fossem representantes do patrão), a exploração de castanhais livres mais distantes ou nos castanhais privados de forma escondida dos vigias. Os negros resistiam novamente comprovando a força de suas territorialidades e de apertados laços com seu território.

Enfim, com a implantação do grande projeto, MRN, no vale do Trombetas mais uma invasão dos “brancos” se anunciou. No entanto, esta nova territorialização que chegou apresentou formas mais destruidoras de dominação e controle do território. As estratégias geográficas e políticas utilizadas pela MRN para controle dos recursos e da população por meio do território, inserem-se na concepção de Raffestin (1993) da Geografia do poder; onde, alcança-se o poder quando uma organização detém o controle sobre os trunfos: território, população e recursos. São os interesses, os discursos, as ideologias de cada ator que a partir do momento que criam, controlam e gerem territórios, os tornam um “*espaço político por excelência*” (RAFFESTIN, 1993: p.60). A territorialidade, numa perspectiva relacional do poder proposta por Raffestin e Sacks, é “*uma estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos e pessoas, pelo controle de uma área*” (SACKS, 1986: p. 1). É através das territorialidades, ativadas e desativadas de acordo com a geoestratégia, que os quilombolas, o IBAMA e a mineração tentam dominar o território no contexto do campo de poder.

Na última década do século XX e no início do XXI, os conflitos e as lutas continuaram, mas houve alguns avanços e conquistas por parte dos quilombolas. O movimento social dos negros conquistou o direito de permanecerem dentro da FLONA e até mesmo da REBIO. As regras que impediam a exploração dos recursos naturais foram em alguns casos flexibilizadas. Os negros também conseguiram titular alguns territórios, porém esses não se encontram no interior de nenhuma Unidade de Conservação, a onde ainda permanecem os impasses. A empresa já reconhece o direito dos remanescentes de quilombos e não quilombolas sobre as terras e lagos vizinhos ao seu território. Contemporaneamente, se pode falar numa aliança entre quilombolas, empresa e IBAMA, no sentido de todos limitarem o acesso e o uso dos recursos naturais e da terra, especialmente, nas áreas protegidas. Aos remanescentes, preocupam a pressão populacional sobre a terra e aos demais recursos naturais, ameaças que inviabilizariam a sua própria existência e o domínio de seus territórios.

6. Referências

ACEVEDO, R. & CASTRO, E. **Negros de Trombetas**: guardiões de matas e rios. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1998.

ANDRADE, L. Os Quilombos da Bacia do Trombetas: Breve Histórico In: **Revista de Antropologia**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, Volume 38 No 1, 1995. p. 79-99.

ANJOS, R. **Territórios das Comunidades Remanescentes de Antigos Quilombos no Brasil**: Primeira configuração espacial. 3ª ed. Brasília: Mapas Editora e Consultoria, 2005.

ANTUNES, J. C. dos R. **A Missão nos Quilombos de Oriximiná**. VERBUM SVD, 2000.

BUNKER, S. **Underdeveloping the Amazon**. Chicago: University of Chicago Press, 1985.

CARDOSO, F. & MÜLLER, G **Amazônia**: Expansão do Capitalismo. São Paulo: Ed Brasiliense, 1977.

COELHO, et al Territórios, Cidades, e Entornos no Espaço da Mineração em Carajás / Pará – Amazônia Oriental. In: TRINDADE Jr. S. C. et al (Orgs.). **Cidade e Empresa na Amazônia**: Gestão do Território e Desenvolvimento local . Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 137-169.

CRULS, G. **A Amazônia Que Eu Vi**. Rio de Janeiro, 1930.

CUNHA, L. & COELHO, M. Políticas e Gestão Ambiental. In: GUERRA, A T. & CUNHA. S. B. **A Questão Ambiental**: Diferentes Abordagens Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob regime da economia patriarcal. 17ª edição. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1933. Reedição 1975.

FUNES, E. **Comunidade Remanescente dos Mocambos do Alto Trombetas**. São Paulo: Fundação Pró-Índio.

HAESBAERT, R. **O Mito da Desterritorialização**: do “fim dos territórios” multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HOEFLE, S. Novas e velhas formas de patronagem na Amazônia Central. **Território/LAGET**. Ano VII, n. 11, 12 e 13 (Jul 01 Dez 02). Rio de Janeiro: UFRJ, 2003. p. 49-62

MACHADO, L. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870 –1930) In Castro et al. (Orgs) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. p. 309-352.

O` DWYER, E. C. Remanescentes de Quilombos na Fronteira Amazônica: A etnicidade como instrumento de luta pela terra. In: **Boletim Rede Amazônia**: Diversidade Sócio-cultural e Políticas Ambientais, Ano 1 n. 1. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 77-86.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

SACKS, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SALLES, V. **O Negro no Pará**, Sob o regime da escravidão. Rio de Janeiro: UFPA, 1971.

SILVA, F. Poder econômico e político fundiário no Pará. In: IDESP, **Pará Agrário**. Belém: Instituto do Desenvolvimento Econômico-Social do Pará, n. 2, jan - jun, 1987. p. 3-11.

SOUZA, M. O Território: Sobre Espaço, Poder, Autonomia e Desenvolvimento. In: Castro et al. (Orgs) **Geografia**: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.